



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2015**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA REDE FÍSICA HORIZONTAL E VERTICAL DE TELEFONIA ANALÓGICA E CONVENCIOANAL INTERNA E EXTERNA BEM COMO NAS CENTRAIS PRIVADAS DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA BASEADAS EM TECNOLOGIAS IP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES NO ANEXO I DO EDITAL.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** às 09:00 horas do dia 04/08/2015.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 09:15 min do dia 04/08/2015.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 14:00 horas do dia 04/08/2015.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF torna público, que realizará, mediante a utilização de recursos da Internet – sistema Licitacoes-e, o **Pregão Eletrônico nº 037/2015**, do tipo menor preço, devidamente autorizado pelo Diretor Geral, para aquisição do material supracitado, de conformidade com o que consta no processo nº **113.008582/2014**, mediante as condições do presente Edital e sob a regência da Lei nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, pela Lei Complementar 123/2006, subsidiada pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos Decretos Distritais nºs 23.460/2002, 26.851/2006, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela *INTERNET*, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.



Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações-e” constante da página eletrônica [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente no **Portal licitacoes-e** do Banco do Brasil, no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e no site do DER-DF, [www.der.df.gov.br](http://www.der.df.gov.br).

## **I - DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva na rede física horizontal e vertical de telefonia analógica e convencional interna e externa bem como nas Centrais Privadas de Comunicação Telefônica baseadas em Tecnologia IP, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

**1.2.** Integram este Edital todos os seus Anexos.

## **II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

**2.1.1.** Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 2 3.546/03; ou

**2.1.2.** Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências do item 8, deste edital.

**2.2.** A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

**2.3.** Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:



**2.3.1.** Empresas que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Distrito Federal.

**2.3.2.** Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

**2.3.3.** Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

**2.3.4.** O autor do Termo de Referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

**2.3.5.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

**2.3.6.** É vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: (Decreto nº 32.751/11, art. 8º).

I - contrato de serviço terceirizado.

II - contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens.

III - convênios e os instrumentos equivalentes.

**2.4.** As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s).

**2.5.** não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

### **III - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**3.1.** As empresas que desejarem participar do Pregão deverão enviar a proposta Eletronicamente, até o dia e horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, devendo todos os campos do formulário disponibilizado ser preenchidos, observando as orientações contidas no mencionado endereço.

**3.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. A identificação da licitante como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, deverá ser feita no momento do cadastramento da licitante no sistema Licitacoes-e do Banco do Brasil, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Será observado em especial, quanto ao seu art. 3º, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.



#### **IV - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

Os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão obter, previamente, o acesso ao sistema [Licitacoes-e](#) junto as agências do Banco do Brasil sediadas no País. Este acesso se dá mediante chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis). As instruções para operar o sistema encontram-se na pagina inicial do mesmo.

**4.2.** A chave de identificação e a senha, terão validade de um (1) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico efetuado no sistema [Licitacoes-e](#).

**4.3.** A chave de identificação e a senha poderão ser canceladas, a qualquer tempo, por solicitação do credenciado ou por iniciativa fundamentada do DER-DF.

**4.4.** É de responsabilidade exclusiva do credenciado o sigilo da senha e do seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, bem como a capacidade técnica para realização das transações, inerente à modalidade.

**4.5.** As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da data de realização do Pregão.

**4.6.** O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema [Licitacoes-e](#) implica na responsabilidade legal por todos os atos praticados e na capacitação técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.7.** A representação da licitante far-se-á por meio de instrumento particular e/ou público de procuração com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**4.8.** Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

#### **V - REGULAMENTO OPERACIONAL**

**5.1** Todas as referências de tempo do Edital, Avisos e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**5.2** No sistema [Licitacoes-e](#), após a criação do processo licitatório, o mesmo passa a ser identificado por número próprio e localizar-se no MENU “ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS”, no dia e horários previstos, conforme publicado oficialmente. O sistema



passa a classificar a licitação em “ABERTURA DE PROPOSTAS”, e nessa fase é permitido ao Pregoeiro avaliar a aceitabilidade das mesmas. Em seguida, a licitação assume o status de “PROPOSTAS ABERTAS”, momento em que será autorizado o início da sessão pública do Pregão Eletrônico.

**5.3** Após a sala de disputa ser aberta pelo Pregoeiro, a etapa competitiva entre as licitantes, ou seus representantes devidamente conectados ao sistema, poderá iniciar-se. A cada lance ofertado as participantes serão informadas, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos participantes da disputa, nem mesmo ao seu Coordenador, porém, para demais informações, a licitante deve clicar no botão “Detalhes Disputa”, localizado no canto 4 **DER/DF** superior direito da tela do item em disputa.

**5.4** As licitantes poderão enviar lances com valores superiores ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item, disputando assim os demais lugares de classificação.

**5.5** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.6** O tempo normal de disputa será controlado e encerrado pelo Pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período aleatório de tempo de até trinta (30) minutos, de nome randômico, determinado pelo sistema, para lances adicionais. Findo este período, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.7** O tempo normal de disputa será fixado, controlado e encerrado pelo Pregoeiro. Após a finalização desse tempo, a disputa entra na fase randômica, ou seja, o sistema abre um tempo aleatório, sem interferência do Pregoeiro, com encerramento imprevisto.

**5.8** Ao término da disputa de lances, o sistema informa o lance final de menor preço, abre chat de mensagem para considerações finais pelo Pregoeiro, o qual deve registrar alguns avisos quanto a prazo para entrega de documentação ou amostra, ou outro qualquer que seja relevante no momento e fechar a sala de disputa.

**5.9** As licitantes podem, a qualquer momento, registrar mensagem ao Pregoeiro, via sistema, essa possibilidade é permitida até a declaração de vencedor do certame. O rol de mensagens e a relação dos lances serão registrados no Relatório da Disputa, o qual pode ser acessado pelos participantes e demais interessados.

**5.10** Encerrada a etapa da sessão pública, o Pregoeiro poderá consultar a internet, para a comprovação da regularidade da licitante vencedora, por intermédio de cadastros estadual e federal.

**5.11** No caso da licitante arrematante possuir ocorrências e não tiver a sua habilitação comprovada, estará sujeita a penalidade prevista no Decreto 26.851/2006. Neste caso, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a habilitação da respectiva Proponente, observada a ordem de classificação, até a identificação de uma que atenda o Edital.

**5.12.** Constatado o atendimento de todas as exigências deste Edital, o objeto da licitação será adjudicado à licitante vencedora.



## **VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 6.1.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 6.2.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, pelo Pregoeiro ou de sua desconexão.
- 6.3.** A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante.
- 6.4.** As licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, **com o valor global do lote** em moeda nacional do Brasil nos termos TR do anexo I, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), sistema do Banco do Brasil quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 6.5.** A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) **protocolar (em) sua(s) proposta(s), em língua portuguesa, juntamente com a(s) documentação(ões) de habilitação, em envelope fechado e identificado o pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, no Protocolo do DER-DF no Setor de Administração Municipal, Bloco “C”, Ed. Sede do DER-DF, Térreo, CEP: 70.620-030, devendo a(s) proposta(s) conter(em):**
- a) nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
  - b) conter as **especificações do serviço cotado** de forma a demonstrar que atendem as especificações do anexo I deste Edital;
  - c) conter o **valor total da proposta** expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional, que deverão incluir todos os tributos, taxas, materiais para execução dos serviços, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação. Havendo divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
  - d) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega;
  - e) Conter declaração de que cumprirá todas as especificações, prazos e demais condições estabelecidas para a prestação dos serviços no Termo de Referência constante do Anexo I deste edital.
- 6.6.** Caso o prazo de que trata o item 6.5, **letra “d”**, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.



- 6.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.
- 6.8. Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pelo DER-DF. O desrespeito a essa regra levará os itens a serem considerados fracassados, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.

## **VII - DA ABERTURA DA SESSÃO, DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO.**

- 7.1. A partir do horário previsto no Sistema e informado neste Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 7.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e respectivo horário de registro e valor.
- 7.3. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 7.4. Serão desclassificadas propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, assim entendidos:
- I - preços excessivos, quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço estimado constante deste Ato Convocatório/Anexo;
  - II - inexeqüíveis, sejam inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais, quando a licitante será convocada para demonstrar a exeqüibilidade do preço ofertado, e, se não demonstrado, será desclassificada.
- 7.5. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.
- 7.6. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- 7.7. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado pelo pregoeiro para a abertura da sessão de lances e as seguintes condições:
- 7.7.1. Somente poderão oferecer lances inferiores ao último ofertado e registrado no sistema;
  - 7.7.2. No caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;



- 7.7.3.** Poderão ser enviados lances superiores ao menor lance registrado para a primeira colocação com a finalidade de se disputar as colocações subseqüentes.
- 7.8.** No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor preço global por lote**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.
- 7.9.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
- 7.10.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 7.11.** O (a) Pregoeiro(a) poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.
- 7.12.** O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 7.13.1.** A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.14.** Por força do que dispõe o artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido, observados as seguintes regras:
- 7.14.1.** Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.14.1.1.** Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 7.14.2.** Para efeito do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.14.2.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



- 7.14.2.2.** Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.14.2.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.14.3.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no “caput” do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.14.3.1.** O disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.14.3.2.** No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item e/ou lote em situação de empate, sob pena de preclusão do direito.
- 7.15.** Encerrada a fase de lance o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto neste Edital.
- 7.16.** Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o estimado para a contratação.
- 7.17.** Constatado atendimento pleno às exigências habilitatórias e do Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 7.17.1.** A adjudicação será realizada **por preço global por lote.**
- 7.18.** Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 7.19.** No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 7.20.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos



operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão;

- 7.21.** Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e Anexos a proposta será desclassificada.
- 7.22.** A licitante vencedora deverá protocolar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, sua proposta devidamente adequada ao preço negociado, bem como a documentação de habilitação, nos termos do item 6.5 deste Edital.

### **VIII - DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Encerrada a etapa de lances e negociação, o (a) pregoeiro solicitará envio dos documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, que deverá ser enviado em até 30 (trinta) minutos que poderá ser estabelecido por conveniência e oportunidade administrativa para os números de telefax 0xx(61) 3342-0751 e 0xx(61) 3342-2272 ou incluídos pelas licitantes em campo próprio disponibilizado pelo Sistema.

**8.1.1.** Posteriormente tais documentos deverão ser protocolizados, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, no endereço: Setor de Administração Municipal, Bloco “C”, Ed. Sede do DER-DF, no Protocolo, Térreo, CEP: 70.620.000.

**8.2.** Para habilitar-se as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e apresentar a documentação complementar solicitada ou aquela relacionada no Item 8.2.2 deste Edital.

a) A habilitação fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais e de habilitação parcial por meio de consulta “on-line” ao SICAF, no ato da abertura do certame, que será impressa sob forma de “Declaração de Situação”, que instruirá o processo, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, do artigo 3º do Decreto n.º 3.722/2001 e da instrução Normativa MARE n.º 5 de 21/07/95, republicada no DOU do dia 19/04/96;

**8.2.1.** As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Declaração, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida somente se houver fato impeditivo);

II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou



insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93) (modelo Anexo II);

III – Declaração de ciência e Termo de Responsabilidade (modelo Anexo III).

IV – Declaração de Microempresa ou Pequeno Porte (modelo Anexo IV);

V - **Da Capacidade Técnica:** Atestado(s) ou Declaração de capacidade técnica emitido(s) por empresa pública ou privada registrado no Conselho da categoria, em nome da licitante e do responsável técnico, conforme item 7 do Termo de Referência.

VI - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as **empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br);

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

VIII – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, que deverá recair sobre o montante do(s) item(ns) que pretenda concorrer.**

a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo subitem 8.2.2 deste edital.

**8.2.1.1.** A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

**8.2.2.** As Licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Declaração, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida somente se houver fato impeditivo);

II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de



- menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93) (modelo Anexo II);
- III – Declaração de ciência e Termo de Responsabilidade (modelo Anexo III).
- IV – Declaração de Microempresa ou Pequeno Porte (modelo Anexo IV);
- V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto n.º 6.106, de 30.4.2007;
- VII – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei n.º 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- VIII – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto n.º 6.106/2007;
- IX – Prova de regularidade para com a Fazenda Pública da sede do licitante;
- X - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas **com sede ou domicílio fora** do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br);
- XI – **Balanco Patrimonial e demais demonstrações** contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;



b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} \\ \text{LG} = \frac{\text{-----}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ATIVO} \qquad \qquad \qquad \text{CIRCULANTE} \\ \text{LC} = \frac{\text{-----}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ATIVO} \qquad \qquad \qquad \text{TOTAL} \\ \text{SG} = \frac{\text{-----}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s)** constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.** A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso X deste subitem. (conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF)

XII – Apresentar registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

XIII – Apresentar prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

XIV– Apresentar **registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social** devidamente registrado na Junta Comercial para comprovação do ramo de atividade e do capital social, quando for o caso; e

XV – No caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores: a inscrição do ato constitutivo, no de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e o decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quanto a atividade assim o exigir.

XVI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011.



**8.3.** Nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das micro e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização, nos termos da legislação pertinente.

**8.3.1.** A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e neste Edital e Anexos, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame em seus termos ulteriores ou revogar a licitação se decisão oportuna e conveniente, além de incidir a prescrição contida no art. 7º da Lei 10.520/02.

**8.4.** Os documentos necessários à habilitação, quando enviados ao pregoeiro, deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou mediante cotejo das cópias com os originais pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão de imprensa oficial.

**8.5.** Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

**8.6.** Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

**8.7.** Em todas as hipóteses referidas nos 8.2.1 e 8.2.2 deste Edital, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

**8.8.** Quando o documento e/ou certidões apresentados não informarem a sua validade deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias, exceto a Certidão de que trata o inciso V do subitem 8.2.2, deste Edital.

**8.9.** A empresa que não enviar a documentação de habilitação via “fax” quando solicitado pelo (a) pregoeiro (a), ou que não protocolar sua proposta de preço, bem como a documentação de habilitação no prazo estabelecido neste Edital, será inabilitada e estará sujeita às penalidades previstas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

## **IX - DAS PENALIDADES**

### **9.1 - Das Espécies**

**9.1.1** – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851**, de 30/05/2006, publicado no DODF nº



103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**9.1.2** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **9.2 - Da Advertência**

8.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, seja quando o descumprimento da obrigação ocorrer durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

## **9.3 - Da Multa**

9.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo ordenador de despesas do DER-DF, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à



parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**9.3.2** - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

**9.3.3** – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

**9.3.4** - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

**9.3.5** - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 05 (cinco) dias; e



II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

**9.3.6** - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **9.1.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

**9.3.7** - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem **9.3.1**.

**9.3.8** - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **9.3.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

#### **9.4 - Da Suspensão**

A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pelo DER-DF, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;  
e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;



**9.4.2** - A penalidade de suspensão será aplicada pelo Diretor Geral do DER-DF e será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

**9.4.3** - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

#### **9.5 - Da Declaração de Inidoneidade**

**9.5.1** - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado, à vista dos motivos informados na instrução processual.

**9.5.2** - A declaração de inidoneidade prevista neste item 9.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

**9.5.3** - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante disposto no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

#### **9.6 - Do Assentamento em Registros**

**9.6.1** - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

**9.6.2** - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

#### **9.7 - Da Sujeição a Perdas e Danos**

**9.7.1** - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

### **X - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS**

**10.1.** Para **impugnar** o presente Pregão qualquer licitante poderá fazê-lo **até 2 (dois) dias úteis** que anteceder a abertura da sessão pública, na forma eletrônica preferencialmente pelo e-mail: [licitacaopregao@der.df.gov.br](mailto:licitacaopregao@der.df.gov.br), maiores informações pelo telefone indicado no item 10.6.

**10.1.1.** Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pela unidade demandante dos serviços, decidir sobre a petição.



- 10.1.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 10.2. Os pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) ou pelo email [licitacaopregao@der.df.gov.br](mailto:licitacaopregao@der.df.gov.br).
- 10.2.1.** As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). no *link* correspondente a este edital, ficando todas as licitantes obrigadas a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 10.3.** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 10.520/2002, **até dois dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública, no protocolo do DER-DF no Setor de Administração Municipal, Bloco “C”, Ed. Sede do DER-DF, Térreo – PROTOCOLO.
- 10.4.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, devendo registrar sua intenção em campo próprio disponibilizado no sistema no ícone “Recurso”, devendo o interessado, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, no protocolo do DER-DF no Setor de Administração Municipal, Bloco “C”, Ed. Sede do DER-DF, Térreo – PROTOCOLO. A apresentação de contra-razões dos demais licitantes ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis após o prazo do recorrente.
- 10.5.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.6.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Administração Municipal, Bloco “C”, Ed. Sede do DER-DF, CEP: 70.620-030, na Sala da Gerência de Licitação, 1º andar. Pregoeiro(a) Gilberto Nunes Veras, telefone: 61-3342-2083.
- 10.7.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão do pregão, implicará decadência do direito da licitante de recorrer, podendo o (a) pregoeiro (a) adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).
- 10.8.** Caberá ao (à) Pregoeiro (a) receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e o Diretor Geral do DER-DF a decisão final sobre os recursos contra atos do (a) Pregoeiro (a), nos termos do art. 8º, IV c/c art. 11, VII, do Decreto 5.450/05.
- 10.9.** Manifestada a intenção de interpor recurso, ficarão as demais licitantes intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do



término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, nos termos do art. 26, do Decreto 5.450/05.

**10.10.** Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Diretor Geral do DER-DF procederá a homologação do certame.

**10.11.** O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, nos termos do § 1º do art. 26 c/c art. 27, todos do Decreto 5.450/05.

**10.12.** Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

## **XI - DA VIGÊNCIA, CONTRATO E VALIDADE**

**11.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, com base no inciso II, artigo 57 da Lei nº 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que não haja denúncia de quaisquer das partes e, terá o seu extrato publicado na Imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia.

**11.1.1.** – Fica estabelecida a rescisão imediata deste contrato, assim que entrar no funcionamento o serviço centralizado de telefonia previsto no artigo 2º do Decreto nº 27.610, no artigo do Decreto nº 27.611 e no artigo, 1º do Decreto nº 27.612, todos de 09 de janeiro de 2007.

**11.1.2.** – A prorrogação do contrato será precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela licitante contratada continuam mais vantajosas para o DER-DF.

**11.2.** A Administração convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto nº 26.851/2006, no Decreto nº 26.993/2006, no decreto nº 27.069 e na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**11.3.** . O prazo para assinatura do contrato **será de até 05 (cinco) dias úteis contados** a partir da intimação nesse sentido.

**11.4.** Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da licitante vencedora a prestação de uma das seguintes garantias:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; ou,



III - fiança bancária.

- 11.4.1. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato (Lei n.º 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).
- 11.4.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.
- 11.4.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:
- a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
  - b) poderá, a critério da Administração do DER-DF, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
  - c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.
- 11.4.4. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.
- 11.5.** . A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.
- 11.6.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, conforme o disposto no Inciso XXIII, do artigo 4º da Lei 10.520/2002.
- 11.7.** . A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas.



- 11.8.** O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos, do art. 64, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.
- 11.9.** A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital e da Lei 8.666/93.
- 11.10.** O contrato a ser firmado pode ser reajustado após transcorrido 1 (um) ano de sua vigência, em conformidade com a legislação pertinente.
- 11.11.** Os preços constantes do Plano Básico de Serviços poderão ser reajustados conforme as regras estabelecidas pelo Órgão Regulador.
- 11.12.** Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal (Decreto n.º32.598/2010).
- 11.13.** O índice de reajuste para compensar os efeitos das variações inflacionárias será o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. (Decreto nº 36.246, DE 02 DE JANEIRO DE 2015)**

## **XII - DO PAGAMENTO**

- 12.1.** Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
  - II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
  - III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em plena validade;
  - IV – a empresa sediada, domiciliada ou com filial no Distrito Federal, deverá apresenta, também, prova de quitação com a Fazenda do Distrito Federal (Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal);



V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei 12.440/2011, em plena validade.

**12.2.** O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

**12.3.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

**12.4.** Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**12.5.** Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF n.º 35, pág.3, de 18/02/2011.

### **XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

**13.2.** Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

**13.3.** Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório;

**13.4.** Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços;



13.5. Constitui obrigação da contratada o disposto no Termo de Referência (Anexo I) do presente edital.

#### **XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 14.1. Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º;
- 14.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- 14.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 14.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;
- 14.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.

#### **XV - DA FISCALIZAÇÃO**

- 15.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo DER-DF, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;
- 15.2. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:
- I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
  - II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
  - III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;
- 15.3 - O serviço deverá ser entregue conforme disposto no Anexo I;
- a) será recebido o serviço:



- I – provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- II – definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- b) após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
- c) o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;
- 15.4** - se a licitante vencedora deixar de entregar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital;
- 15.5** - a Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços e produtos, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei 8.666/93.

## **XVI - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**16.1.** Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela contratada, de acordo com o preestabelecido no Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

## **XVII - DA DOTACÃO**

**17.1.** – As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos provenientes da fonte **100/220**, função **26**, Subfunção **122**, Programa **6010**, Ação/Subtítulo **8517/0014**.

## **XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.



- 18.2.** Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.
- 18.3.** A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a entregar os materiais descritos na Nota de Empenho, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;
- 18.4.** A critério do pregoeiro, que deverá justificar previamente no chat de mensagens, o prazo de 30 (trinta) minutos para o envio de documentos por meio de fax, poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário
- 18.5.** A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.
- 18.6.** Ao DER-DF fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93.
- 18.7.** A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II).
- 18.8.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º).
- 18.9.** Os prazos referidos neste Edital só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 18.10.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Pregão;
- 18.11.** O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 18.12.** O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.13.** Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço e telefone mencionado no item 10.6.



**18.14.** Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, 20 de julho de 2015.

Ana Hilda do Carmo Silva  
Diretora de Materiais e Serviços  
Substituta



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

O presente pregão eletrônico tem o objetivo de selecionar empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva na rede física horizontal e vertical de telefonia analógica e convencional interna e externa bem como nas Centrais Privadas de Comunicação Telefônica baseadas em Tecnologia IP.

Neste objeto incluem os serviços eventuais de melhorias do sistema de cabeamento com fornecimento de materiais e mão-de-obra especializada.

O local de prestação dos serviços será na cidade de Brasília – DF e Distritos Rodoviários situados no Distrito Federal.

### 2. JUSTIFICATIVA

O DER-DF não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais qualificados para a execução do serviço acima indicado. Sendo assim, faz-se necessária a contratação de empresa para a prestação deste serviço, tendo em vista a necessidade de manter o sistema de Telefonia VoIP operando corretamente, bem como corrigir com eficiência e eficácia qualquer problema que apresente.

A presente contratação, portanto, fundamenta-se na necessidade de manutenção e ampliação da utilização dos serviços de telefonia analógica e tecnologia VOIP permitindo a redução de custos.

Os serviços serão realizados quando surgir a necessidade levantada pela CONTRATANTE, por demanda e mediante Ordem de Serviços (OS) especificando e detalhando os serviços demandados.

O referido serviço, frise-se, está em consonância com o planejamento estratégico da entidade e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2014/2016.

### 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá prestar os serviços de assistência técnica, com referência às centrais, aos ramais telefônicos e demais equipamentos, **anexo I, anexo II, anexo III**, compreendendo: o suporte à Contratante na utilização das facilidades dos aparelhos e da central telefônica; testes com a operadora local; identificação de ramais, incluindo qualquer tipo de programação e reprogramação de serviços, os quais integram a



configuração técnica dos equipamentos, garantindo a perfeita e correta utilização de todos os recursos existentes.

A CONTRATADA deverá prestar serviços de manutenção preventiva, pelo menos uma vez por mês, dentro do horário de funcionamento normal do DER-DF, de 8h às 17h, de acordo com cronograma, por local, que deverá ser submetido ao DER/DF para aprovação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato. Os serviços de manutenção consistirão em: verificação periódica das condições de funcionamento e limpeza; ajustes, testes, substituições de peças ou componentes, quando necessário; atualização de versão do software da central.

Entende-se por manutenção preventiva as séries de procedimentos necessários, no sentido de conservar a rede telefônica horizontal e vertical e centrais telefônicas (cabos, conectores, tomadas, caixas, distribuidor geral – DG, blocos de ligações – BLI's, engates, placas ramais, placas troncos, fontes de alimentação, placas bases, links digitais E1, interfaces, aparelhos telefônicos e aparelhos de fac-símile) em condições de operação ininterrupta.

A CONTRATADA deverá prestar a manutenção corretiva sempre que ocorrerem defeitos ou falhas no(s) equipamento(s), softwares, hardwares, gerenciadores da central telefônica, incluindo serviço de reparo nas peças, componentes e acessórios.

Entende-se por manutenção corretiva as séries de procedimentos necessários, no sentido de corrigir todo e qualquer defeito apresentado na rede física horizontal e vertical de telefonia, centrais telefônicas e seus correlatos, com substituição de todo e qualquer material necessário à execução do serviço, que deverá ser atendido no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

É ainda de responsabilidade da CONTRATADA a execução de serviços, tais como: levantamento/manutenção/operação de cadastro de infraestrutura telefônica; teste de entroncamento dos PABX's; estudos de tráfego; testes nos circuitos dos canais de voz; instalação/retirada/remanejamento e manutenção da rede telefônica, inclusive com o fornecimento de cabos com a quantidade de pares necessária; instalação de Quadro Distribuidor Geral – DG; instalação de cadeados em DG's; instalação/retirada/remanejamento de linhas telefônicas e ramais; instalação/retirada/remanejamento/reparo de bloqueadores telefônicos; conexão de cabos em blocos (diversos); reposição de tomadas, cabos, conectores, tampas cegas, como também a colocação dos faltantes; reposição/substituição de placas de PABX, com programação e reprogramação; mudança de "LAY-OUT" de caixas DG's e cabeamentos; modificações estruturais, ampliações de redes ou DG's; montagem de eletrocalhas; serviços de soldas e ou outros necessários ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência.



Para o cumprimento desses itens, a Contratada deverá apresentar previamente os projetos executivos devidamente assinados por um Engenheiro Civil ou Engenheiro Eletricista, do quadro permanente da empresa, designado como Responsável técnico da Contratada e certificado pelo CREA/DF.

Os serviços serão prestados, preferencialmente, entre 8h e 17h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nas dependências da Contratante ou remotamente, ou excepcionalmente aos sábados, domingos, feriados e horários diversos, mediante solicitação da CONTRATANTE.

A CONTRATADA realizará as atualizações dos programas aplicativos decorrentes de mudança de legislação pertinente e mudanças geradas pelas concessionárias de telefonia, e outras sem ônus para o DER-DF.

Caso se constate na manutenção a necessidade de se retirar quaisquer peças para conserto, estas deverão ser imediata e provisoriamente substituídas pela CONTRATADA até que seja efetuado seu conserto ou a substituição definitiva.

Se for constatada que a peça foi irremediavelmente danificada, a contratada deverá substituí-la imediatamente e definitivamente, sem ônus adicional para o DER-DF.

A CONTRATADA somente efetuará a retirada de quaisquer componentes da Central ou de outros equipamentos para manutenção fora das dependências do DER-DF, após a autorização formal da contratante, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento ao local a que deverá ser instalado, bem como pelas despesas operacionais decorrentes.

A CONTRATADA deverá repor os componentes que apresentarem excesso de defeitos, considerando-se como tal a ocorrência de 3 (três) solicitações de manutenção corretiva para o mesmo componente num período de 30 (trinta) dias contados a partir da primeira solicitação.

A substituição de peças gastas, cujo desgaste tenha sido provocado pelo uso normal do equipamento, ocorrerá por conta da contratada sem ônus para o DER-DF.

A substituição de peças devido a outros fatores, tais como: anormalidade climática, descargas elétricas, roubos, incêndios, inundações, sabotagem e outros casos fortuitos e/ou de força maior, bem como decorrentes do manejo inadequado do equipamento de interferência por parte de terceiros estranhos à contratada, será cobrada adicional e separadamente, devendo a contratada apresentar proposta, com relatório circunstanciado, sendo facultada ao DER-DF a aquisição diretamente da contratada ou de outros fornecedores, após pesquisa de mercado.



Quando houver a demanda para aumento da capacidade nominal da central telefônica (ramais, troncos, mesa atendedora, etc.), com a aquisição de equipamentos pelo DER-DF, a contratada deverá ser a responsável pela instalação, sem ônus adicional de mão de obra ou licenças. Os novos equipamentos porventura instalados passarão a fazer parte do contrato de manutenção e serão adicionados ao contrato com valores proporcionais ao número de ramais iniciais.

Todos os atendimentos locais, inclusive os de manutenção preventiva, serão registrados em relatório próprio da CONTRATADA, rubricado pelo técnico responsável e por servidor do DER-DF, no qual constarão as ocorrências verificadas, as indicações dos equipamentos e/ou instalações afetados, a causa dos defeitos, a especificação das peças e materiais substituídos, as providências adotadas, as medições realizadas e a data do atendimento.

Para a celebração do contrato, a empresa deverá comprovar e manter à disposição deste DER-DF, 01 (um) Técnico em Eletrônica ou Eletrotécnico, com experiência profissional comprovada de no mínimo 02 (dois) anos, pertencente ao quadro permanente da Empresa, devidamente registrado no CREA-DF e 01 (um) Auxiliar Técnico, pertencente ao quadro permanente da Empresa.

Os materiais necessários à correção de defeitos reclamados pelo DER-DF, eventualmente em falta nos locais de atendimento, deverão ser providenciados pela CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir do diagnóstico oferecido pelo técnico.

Serão utilizados na execução dos serviços, materiais sobressalentes originais e nos trabalhos de limpeza e reparos serão empregados somente acessórios e ferramentas recomendadas pelo fabricante.

Os serviços de remanejamento serão executados sempre que o DER-DF necessite mudar de local os aparelhos, centrais, DG's, tubulações, eletrocalhas, aparelhos de fax e linhas/pontos telefônicos e seus correlatos.

A assistência, manutenção e suporte técnicos deverão ser prestados pelo fabricante, ou pelo representante credenciado, desde que apresente declaração de autorização do fabricante para representante credenciado, não sendo possível a subcontratação de terceiros para realização dos serviços em nome do representante credenciado.

Será de responsabilidade da CONTRATADA, o fornecimento de todo o ferramental, mão-de-obra, despesas com obrigações trabalhistas, custos fiscais, despesas decorrentes de acidentes de trabalho, uniformes, bem como, todos e quaisquer materiais como cabos CCI, cabos retos, cabos espiralados, tomadas, componentes, canaletas, blocos



BLI's, blocos de engates rápidos, conectores, placas, componentes eletrônicos, fontes, cabos UTP 6A, conectores e tomadas machos e fêmeas RJ11 e RJ45, CPU's, bem como tomadas e pontos elétricos entre outros necessários à perfeita e completa execução do objeto deste Termo de Referência. As peças devem ser novas e genuínas.

O estoque de peças sobressalentes deve ter a quantidade necessária para assegurar a contínua e perfeita utilização dos equipamentos.

As peças substituídas pela CONTRATADA serão incorporadas ao equipamento e, portanto, tornar-se-ão propriedade do DER-DF.

Devido às distâncias entre as Unidades Administrativas do DER- DF, a CONTRATADA deverá disponibilizar uma viatura para o atendimento das anomalias e em cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

Será de responsabilidade da CONTRATADA, estudos de tráfego das Unidades de Serviço deste DER-DF, devendo constar:

- a) Rede de Tubulação Telefônica
  - de entrada; vertical; secundária horizontal; terciária horizontal.
- b) Rede de Cabeação Telefônica
  - de entrada; primária vertical; secundária horizontal; terciária horizontal.
- c) Estudo e Dimensionamento de Tráfego de Centrais PABX
  - Controle de Indicadores de Desempenho Operacional;
  - A CONTRATADA deverá manter em funcionamento, uma Central de Atendimento durante o horário de expediente do DER-DF.

Os serviços deverão ser executados nos locais constantes no quadro abaixo.

### LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Item	LOCAL	Endereço
01	Ed. Sede do DER	SAM, Bloco C - Setores Complementares - Ed. Sede do DER/DF - CEP: 70.620.030
02	Parque Rodoviário (Colorado)	DF-001, Km 0 da Br-020, Parque Rodoviário do DER/DF – Sobradinho-DF CEP: 73.250-900
03	1º. Distrito Rodoviário	Rodovia DF 128, KM 16,5, Setor de Área Especial N° 1 - Planaltina-DF CEP: 73.403-248



04	3º. Distrito Rodoviário	Setor de Mansões Sudeste, Área Especial Nº 1, Samambaia-DF CEP: 73.300-300
05	4º. Distrito Rodoviário (sistema “ruralvan”)	Setor de Área Especial Nº 2A – Rodovia DF-130 Km 29 - Paranoá-DF CEP: 73.000-000
06	5º. Distrito Rodoviário	Vila São José, DF-180, Km 19, Brazlândia-DF. CEP: 72.700-000

#### 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

A concorrência será realizada por meio de pregão eletrônico. Para que este DER-DF possa analisar e julgar as qualificações técnicas, as empresas proponentes deverão apresentar os documentos relacionados adiante:

- a) Registro da Empresa no CREA;

Para fins de validade jurídica, todos os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser registrados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do local sede da empresa ou do local de realização da obra/projeto.

As licitantes interessadas em participar do certame deverão fornecer a documentação a seguir para fins de aferimento de sua qualificação técnica:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de objeto com características pertinentes e compatíveis com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, conforme características e prazos exigidos, contemplando, no mínimo o fornecimento de todos os serviços demandados;
- b) Os atestados e/ou certidões deverão indicar contatos nos emitentes para que o DER/DF, a seu critério, faça diligências sobre os serviços prestados;

A licitante interessada em participar desta licitação poderá realizar vistoria dos locais onde serão executados os serviços, até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário na CTINF do DER/DF, pelo telefone (61) 3111-5550. Em caso da não realização da vistoria, a licitante não poderá alegar desconhecimento da infraestrutura do DER, caso seja a vencedora.



A vistoria será acompanhada por representante do DER/DF, designado para esse fim, o qual expedirá a declaração comprobatória da vistoria efetuada.

A licitante não poderá alegar o desconhecimento da infraestrutura do DER/DF quando da prestação dos serviços de manutenção.

A licitante que efetuar a vistoria assinará um termo de confidencialidade no qual se comprometerá a guardar sigilo sobre todas as informações relativas ao ambiente computacional da contratante e aos mecanismos de segurança a que tiver acesso.

Apresentação da relação explícita e a declaração formal de disponibilidade dos equipamentos, ferramental e pessoal técnico especializado, para o fornecimento do objeto, conforme preceitua o § 6º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

As condições de qualificação devem ser mantidas durante toda a vigência do contrato.

## **5. PRAZOS DE ATENDIMENTO**

Os atendimentos de assistência técnica deverão ocorrer, na sede do DER/DF, no prazo máximo de 04 (quatro) horas subseqüentes ao chamado, incluindo-se nesse prazo o tempo de locomoção do técnico responsável pelo atendimento; o prazo máximo será de 06 (seis) horas nas demais unidades do DER/DF. Nos casos em que houver necessidade de aquisição de materiais constantes do anexo I, o tempo de atendimento passará a ser de 48 horas.

A empresa contratada deverá ter uma central de atendimento para registro dos chamados a fim de realizar o controle do SLA.

## **6. FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização dos serviços será exercida pelo DER-DF, através de servidores e/ou técnicos nomeados para tal, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.

Os nomes dos servidores para a fiscalização são: ISMAEL FERREIRA DE LIMA, Mat. 93873-4 e ELIZEU DE JESUS LOPES, Mat. 221525-X.

Os serviços serão realizados mediante ordens de serviços conforme modelo anexo V.



## **7. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O prazo de vigência deste contrato é de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do art.57 da Lei nº 8.666/93.

## **8. DA GARANTIA**

Os materiais deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contra qualquer defeito de fabricação e/ou causado na sua aplicação.

Deve haver a comprovação, por meio de declaração expedida pelo fabricante dos equipamentos de Telefonia IP, específica para este processo licitatório, de que o prazo de garantia contra defeitos de fabricação dos equipamentos propostos, é de no mínimo 12 (doze) meses.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Executar com perfeição os serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva na central telefônica de propriedade da CONTRATANTE, de acordo com as disposições técnicas deste Termo de Referência e de acordo com as recomendações do fabricante, com emissão de relatório mensal.

Atender os chamados de assistência técnica no prazo máximo de 4 (quatro) horas na Sede do DER/DF e de 06 (seis) horas nas demais localidades, após solicitação da Contratante.

Manter as centrais telefônicas em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

Disponibilizar suporte técnico via ligação local ou gratuita, sem ônus para a CONTRATANTE.

Disponibilizar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

Fornecer ao fiscal do contrato da Contratante todas as informações solicitadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Comunicar imediatamente ao fiscal/executor do contrato da CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.

Fornecer crachá com fotografia recente aos seus empregados colocados à disposição da CONTRATANTE.

Alocar um consultor ou gerente de contas para acompanhar o Contrato e indicar o(s) funcionário(s) que estarão dedicados a atender as solicitações da CONTRATANTE, que, a qualquer tempo, poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.

Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

Prestar os serviços em dias úteis, entre 8h e 17h. Eventualmente, por solicitação da contratante, os serviços poderão ser realizados fora do horário de expediente ou em dias não úteis.

Instalar peças genuínas de reposição e materiais, sendo a aquisição sob sua responsabilidade.

Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados ou de atos dolosos e culposos de seus empregados.

Aceitar a fiscalização e o acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE.

Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento e na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pelo DER/DF.

Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação de multa e demais punições pelo DER/DF.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia e expressa anuência do DER/DF.



Utilizar, nos serviços, mão-de-obra qualificada e tecnicamente habilitada para o fim a que se destina.

Suportar todos os encargos envolvidos na prestação dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, não podendo atribuir ao DER/DF qualquer ônus ou responsabilidade, por via administrativa ou judicial, pelas obrigações oriundas da execução do objeto do contrato a ser firmado.

Comunicar ao executor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Informar o nome do responsável pelos serviços e o número de telefone para contato a fim de atender as solicitações do DER/DF.

Responder e ressarcir o DER/DF ou terceiros por eventuais danos ou prejuízos causados inclusive por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços.

Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados aos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto.

Manter durante o período de vigência do contrato a ser firmado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados à contratante e a terceiros.

Iniciar a execução dos serviços 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

Interromper de imediato a execução de serviços ruidosos sempre que solicitado pela Fiscalização.

Configurar, instalar e testar os itens descritos neste Termo de Referência.

Fornecer à Fiscalização relação nominal dos funcionários informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade e cópia da CPTS, de todo o pessoal envolvido diretamente na execução da instalação, configuração e teste dos equipamentos adquiridos.



Durante a execução dos serviços, deverá ser mantido o ambiente de trabalho em perfeitas condições de higiene e segurança e, após a conclusão dos serviços, deverá ser efetuada limpeza no ambiente.

Os prazos de atendimento e restabelecimento do funcionamento normal do sistema devem ser rigorosamente atendidos e, em caso de falhas, as peças deverão ser imediatamente substituídas de forma a não interromper o funcionamento normal do sistema, o que poderia trazer elevados prejuízos ao funcionamento do DER-DF. Os serviços de manutenção objeto desta licitação deverão ser executados de forma contínua.

A cada atendimento fora do prazo estabelecido fica a CONTRATADA obrigada a comunicar formalmente com as devidas justificativas, independente das multas e sanções previstas em Contrato.

A CONTRATADA utilizará na execução dos serviços, empregados contratados, selecionados, de comprovada competência, os quais deverão obedecer às normas internas deste DER-DF, podendo ser exigido, pela fiscalização, a substituição de qualquer funcionário cujo comportamento ou capacidade sejam julgados impróprios ao desempenho dos serviços contratados.

Toda irregularidade encontrada deverá ser comunicada ao preposto do DER-DF.

Serão de uso obrigatório todos os equipamentos exigidos por regramento oficial, federal ou local, que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, obedecido ao disposto na Norma Regulamentadora NR-10 e 18.

Compete à empresa contratada a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à completa execução e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando o projeto e/ou caderno de especificações apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento. Não caberá à CONTRATADA, alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

A CONTRATADA deverá alocar mão-de-obra especializada para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de rede de telefonia, equipamentos e Centrais Telefônicas.

Este DER-DF poderá exigir, após ter advertido a CONTRATADA por escrito, o imediato afastamento de qualquer empregado, que não mereça sua confiança, embarace a fiscalização ou ainda, conduza de modo inconveniente e incompatível com o exercício de suas funções.



A entrada dos empregados da CONTRATADA nos imóveis, nos dias em que não haja expediente normal (sábados, domingos e feriados) somente será permitida mediante autorização “formal” da Administração.

O controle de registro da presença, assim como a fiscalização diária correrá por conta da CONTRATADA.

Os empregados da CONTRATADA deverão ajustar-se às Normas e Disciplinas estabelecidas por este DER-DF, e atender prontamente às determinações da Administração.

Os pedidos para todos os serviços deverão ser cadastrados e registrados de forma automatizada pela empresa CONTRATADA.

Todas as alterações que ocorrerem na disposição da rede de ramais, distribuidores gerais, caixas internas de distribuição, etc., deverão ser imediatamente registrados em planilhas, para atualização do cadastro dos prédios.

Na retirada de qualquer equipamento, cujo prazo extrapolar 48 (quarenta e oito) horas, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro similar.

Ao término da execução da Ordem de Serviço – OS, deverão constar a comprovação da execução do serviço, com assinatura e matrícula dos servido do DER-DF.

A CONTRATADA comprovará a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificados de Cursos de Formação dos profissionais contratados, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

Todas as despesas relativas à execução dos serviços contratados correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Proporcionar as facilidades necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, permitindo livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais dos mesmos dentro dos horários estipulados, observando as normas internas.

Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, se assim julgar conveniente, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações contratuais.

Não utilizar os empregados da CONTRATADA em outros serviços não abrangidos neste Contrato.



Efetuar o pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA no prazo estabelecido no Contrato.

Proporcionar meios de acesso remoto às centrais da Contratada de modo a permitir a manutenção e configuração remotas.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos técnicos da empresa vencedora.

Efetuar os chamados de suporte técnico e avaliar sua execução, promovendo as medidas cabíveis para que os serviços sejam executados em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de técnico formalmente designado pelo DER/DF.

Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da empresa vencedora, que embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

Efetuar o pagamento à empresa vencedora de acordo com a forma e prazo estabelecidos, exigindo a apresentação de Notas Fiscais/Faturas e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações aqui mencionadas.

Permitir que somente pessoas autorizadas pela licitante vencedora preste assistência técnica.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto da licitação.

Este DER-DF reserva-se o direito de efetuar auditoria e vistoria nos serviços realizados, aplicando as penalidades previstas no contrato, caso seja constatada a prática de procedimentos marginais, técnica inadequada ou serviços não recomendados pelo fabricante.

## **11. DO VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO**

A proposta financeira deverá ser elaborada rigorosamente de acordo com as PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS ANEXO IV, deste Termo de Referência.



Os preços cotados nas PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS ANEXO IV, deverão incluir todos os itens de custos e despesas incidentes na prestação dos serviços;

A proposta deverá ser limitada rigorosamente ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

Não serão admitidas propostas de licitantes que apresentem a unidade de fornecimento diferente da estabelecida nas PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS ANEXO IV;

Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

O preço de referência é o preço estimado para 12 (doze) meses, de R\$ 124.777,68 (Cento e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

O preço de referência é a média aritmética simples de três propostas, o qual foi calculado com base em pesquisa de preços praticados no mercado.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas referentes ao objeto desta licitação correrão, para o exercício de 2015, por conta dos Recursos destinados ao DER/DF, nas seguintes dotações orçamentárias:

Fontes de Recursos: 100

## **13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados, mediante apresentação das notas fiscais dos mesmos; e ao final de cada mês apresentando o relatório de atividades conforme anexos VI.

Apresentação do Termo de Aceite Definitivo (TAD), emitido pelo DER/DF, referente à conclusão desta etapa.

O pagamento referente ao custo estimados dos materiais somente ocorrerá por demanda e quando de sua efetiva utilização, mediante ordem de serviço, anexo V.



## **14. SANÇÕES**

Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos neste Termo, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido, ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, na forma prevista no Decreto nº 26.851/06.

## **15. METODOLOGIA APLICADA À OBTENÇÃO DE PREÇOS**

A metodologia de cálculo para a obtenção do orçamento foi por meio da mediana dos preços de 3 propostas conforme consta no ANEXO IV deste projeto.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

A Empresa Proponente deverá apresentar uma proposta comercial clara, completa, discriminando todas as suas condições comerciais e financeiras e os preços unitários e globais, em conformidade com a PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS ANEXOS IV;

Cabe a CONTRATADA a responsabilidade civil e pessoal por todo e qualquer dano que cause a este DER-DF, a terceiros ou prepostos seus, por ação ou omissão, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como, cumprir as Normas de Segurança do Trabalho e Legislação Pertinente;

Este DER-DF fiscalizará os serviços diretamente por meio de seu Corpo Técnico, de acordo com as Normas vigentes, Especificações, Anexos e Padrões deste DER-DF;

A fiscalização por parte deste DER-DF, não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto a perfeita execução dos serviços e a observância de todos os preceitos da boa técnica;

São de responsabilidade da CONTRATADA as obrigações estabelecidas na legislação vigente de acidente de trabalho, quando seus empregados forem vitimados no desempenho de suas atividades, ainda que ocorram nas dependências da CONTRATANTE;

Quaisquer dúvidas que venham a surgir no decorrer do Contrato serão dirimidas entre o Núcleo de Serviços Gerais e a CONTRATADA;



A CONTRATADA, obrigatoriamente, deverá manter o mesmo efetivo em caso de licenças, férias ou demissão de empregado;

A CONTRATADA deverá respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação de segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, bem como, disciplinas e normas internas deste DER-DF e as recomendações do fornecedor e o uso de todos os equipamentos de proteção individual que se fizerem necessários.

## 17. ANEXO - A

### ESTIMATIVA DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS

#### **Materiais e peças de reposição**

*Os quantitativos dos materiais foram baseados na média de Ordens de Serviços “OS’s/mês” necessárias à execução dos serviços de levantamento/manutenção/operação de cadastro de infraestrutura telefônica; teste de entroncamentos dos PABX’s; instalação/retirada/remanejamento e manutenção da rede telefônica; instalação/retirada/remanejamento e manutenção da rede telefônica; instalação/retirada de rede telefônica interna; instalação/retirada/remanejamento de linhas telefônicas; instalação/retirada/remanejamento de ramais de PABX; instalação/retirada/remanejamento/reparo de bloqueadores telefônicos; conexão de cabos em blocos (diversos); instalação de pontos telefônicos; instalação e reinstalação de placas diversas, fontes e outros serviços necessários a colocação e recolocação de centrais PABX em operação normal; e outros necessários ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência; executados no período de 01 mês, no atendimento a todas unidades administrativas deste DER-DF.*

É de responsabilidade da CONTRATADA ter o devido conhecimento das instalações e equipamentos instalados nas Unidades Administrativa deste DER-DF, cabendo a si determinar a necessidade de outros materiais, bem como os quantitativos necessários para cumprimento do objeto deste Termo de Referência, não sendo admitido reclamações posteriores e reivindicações de valores não especificados e quantificados.

**18. ANEXO - B**

**RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM RESPECTIVOS VALORES A SEREM MANTIDOS**

Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	Central Telefônica PABX-IP Marca NetScience Modelo iPABX-1000	03	15.000,00	
02	Aparelho Telefônico IP – TIPO I Marca Grandstream Modelo GXP2100	300	750,00	
03	Aparelho Telefônico IP – TIPO II Marca Grandstream GXP2120	100	1050	
04	Aparelho Telefônico IP – WI-FI Marca WiFi Unidata WPU-7800	15	1500	
05	Aparelho Videofone IP Marca Grandstream GXV3175	10	2500	
06	Roteador Gateway interface com 2 E1 Marca Redfone Fonebridge 2E1-EC	01	8500	
07	Módulo Extensor Executivo Marca Grandstream Modelo GXP2020EXT	10	550	
08	Roteador Gateway FXS Marca Grandstream GXW4008	12	1500	
09	Roteador Gateway GSM 6 Portas Marca uTech Modelo MGC-22 Unify	01	16000	
10	Nobreak Senoidal de 10. KVA	05	12000	
11	Roteador VPN Cliente	07	2000	
12	Roteador VPN Central	02	4000	
<b>Total</b>				

**19. ANEXO - C**

**TABELA DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE MANUTENÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR Unt. (R\$)
01	Metros de cabo CCI 50-20P	10 mts	
02	Metros de cabo CCI 50-10P	50 mts	



03	Metros de cabo CCI 50-6P	50 mts	
04	Metros de cabo CCI 50-3P	200 mts	
05	Metros de cabo CCI 50-2P	200 mts	
06	Metros de fio jumper	10 mt	
07	Tomadas fêmeas sobrepor RJ 11	20 unidades	
08	Tomadas fêmeas sobrepor Telebrás	20 unidades	
09	Tomadas fêmeas sobrepor RJ 11/Telebrás (conjugada)	20 unidades	
10	Tomadas machos Telebrás	20 unidades	
11	Conectores RJ 11	30 unidades	
12	Conectores RJ 9	30 unidades	
13	Metros canaletas 30 x 30 bege	10 mts	
14	Blocos BLI's com canaletas	05 unidades	
15	Blocos de engate rápido	05 unidades	
16	Aparelho Telefônico Analógico (PADRÃO)	05 unidades	
17	Cápsula Receptora	20 unidades	
18	Cápsula Transmissora	20 unidades	
19	Cabo Espiral com RJ 9	20 unidades	
20	Cabo Reto com RJ 11	20 unidades	
21	Cabo UTP cat. 6ª	300 mts	
22	Tomadas fêmeas RJ 45	30 unidades	
23	Tomadas machos RJ 45	30 unidades	
24	Conectores RJ 45	30 unidades	
25	Espelho Tomada RJ 45	30 unidades	
26	Tomada Elétrica	30 unidades	
27	Cabo Elétrico flexível 4mm2 Anti-Chama	300 mts	
<b>VALOR MENSAL</b>			

**TABELA RESUMO**

	<b>MENSAL</b>	<b>ANUAL</b>
<b>MÃO - DE - OBRA</b>		
<b>MATERIAL</b>		
<b>TOTAL</b>		

O valor referente ao “material” é meramente estimativo. A contratante só efetuará o pagamento das peças que forem efetivamente substituídas.



## 20. ANEXO - D

## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS/VALORES UNITÁRIOS MENSAIS

Item	DESCRIÇÃO	QTD	NETS CIEN CE VI. Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)	AZ TECN OLO GIA VI. Unit (R\$)	Valor Total (R\$)	R2 Telec om VI. Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)	MÉDI A VI. Unit. (R\$)	MEDI ANA (R\$)
01	Metros de cabo CCI 50-20P	10 mts	2,36	23,60	5,49	58,90	5,97	59,70	4,60	58,90
02	Metros de cabo CCI 50-10P	50 mts	0,24	12,00	0,39	19,90	0,79	39,50	0,47	19,90
03	Metros de cabo CCI 50-6P	50 mts	0,13	6,80	0,24	12,20	0,37	18,60	0,24	12,20
04	Metros de cabo CCI 50-3P	20 mts	0,018	3,60	0,048	9,60	0,5	10,00	0,038	9,30
05	Metros de cabo CCI 50-2P	20 mts	0,012	2,40	0,042	8,40	0,02	4,00	0,024	3,90
06	Metros de fio jumper	10 mts	4,40	44,00	5,16	51,67	5,20	52,00	4,92	51,67
07	Tomadas fêmeas sobrepôr RJ 11	20 uni d	1,85	37,00	1,95	39,19	1,60	32,00	1,80	37,00
08	Tomadas fêmeas sobrepôr Telebrás	20 uni d	3,18	63,60	3,84	76,89	3,34	66,80	3,45	66,80
09	Tomadas fêmeas RJ11/Telebrás (conjugada)	20 uni d	2,60	52,00	2,99	59,87	3,55	71,00	3,04	59,87
10	Tomadas machos Telebrás	20 uni d	1,80	36,00	2,13	42,78	1,65	33,00	1,86	36,00
11	Conectores RJ 11	30 uni d	0,033	1,00	0,085	2,56	0,07	2,10	0,061	2,00



12	Conectores RJ 9	30 uni d	0,026	0,80	0,063	1,89	0,04	1,20	0,041	1,10
13	Metros canaletas 30 x 30 bege	10 mts	5,40	54,00	6,28	62,89	6,20	62,00	5,96	62,00
14	Blocos BLI's com canaletas	05 uni d	4,64	23,20	5,95	29,78	5,92	29,60	5,50	29,60
15	Blocos de engate rápido	05 uni d	8,00	40,00	10,94	54,71	8,42	42,10	9,12	42,10
16	Aparelho Telefônico Analógico (PADRÃO)	05 uni d	36,00	180,00	40,20	201,00	39,74	198,70	38,64	198,70
17	Cápsula Receptora	20 uni d	3,00	60,00	3,82	76,56	2,81	56,20	3,21	60,00
18	Cápsula Transmissora	20 uni d	3,00	60,00	4,38	87,65	3,22	64,40	3,53	64,35
19	Cabo Espiral com RJ 9	20 uni d	0,6	12,00	1,08	21,78	1,03	20,60	0,97	20,50
20	Cabo Reto com RJ 11	20 uni d	0,59	11,80	0,87	17,45	0,56	11,20	0,90	11,80
21	Cabo UTP cat. 6ª (350 mts)	01 un d	720,00	720,00	806,00	806,00	801,60	801,60	775,86	801,60
22	Tomadas fêmeas RJ 45	30 uni d	1,44	43,48	1,98	59,67	1,45	43,50	1,62	43,50
23	Tomadas machos RJ 45	30 uni d	1,44	43,48	1,65	49,56	1,71	51,30	1,60	49,56
24	Conectores RJ 45	30 uni d	0,10	3,20	0,34	10,20	0,20	6,10	0,21	6,10
25	Espelho	30								



	Tomada RJ 45	uni d	0,35	10,64	0,96	28,94	0,55	16,80	0,62	16,80
26	Tomada Elétrica	30 uni d	1,44	43,20	2,15	64,65	1,34	40,20	1,64	43,20
27	Cabo Elétrico flexível 4mm2 Anti-Chama (300 mts)	01 un d	572,0 0	572,0 0	706,0 0	706,0 0	714,0 0	714,0 0	664,3 3	706,0 0
28	TOTAL MENSAL	1 mê s		2.159, 80		2.680, 59		2.548, 14		2.548, 14
29	TOTAL ANUAL	12 Me ses		25.91 7,80		32.16 7,08			30.57 7,68	30.57 7,68

## TABELA RESUMO DOS VALORES ANUAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ITENS	NETSCIENCE (R\$)	AZ TECNOLOGIA (R\$)	R2 Telecom (R\$)	MEDIA (R\$)	MEDIANA (R\$)
MÃO-DE-OBRA	78.000,00	111.768,00	94.200,00	94.656,00	94.200,00
MATERIAL	25.917,60	32.167,08	30.577,68	29.554,12	30.577,68
<b>TOTAL</b>	<b>103.917,60</b>	<b>143.935,08</b>	<b>124.777,68</b>	<b>120.872,88</b>	<b>124.777,68</b>

## 21. ANEXO - E

## MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

<b>ORDEN DE SERVIÇO N°</b> <b>Contrato N°</b> <b>Contratada:</b>	Data de Início:
	Data de Conclusão:

<b>• Área Requisitante:</b>
<b>Objetivo:</b>

**Serviços demandados**

Item	Serviço	Quantidade
1		
2		

**Lista de produtos**

<b>Produtos do Serviço 1</b>	
1	
2	
<b>Produtos do Serviço 2</b>	
1	
2	


**Motivos de Glosa**

1.
<b>Pressupostos e Restrições</b>
1.



Solicitação	Autorização
Solicitante dos Serviços Carimbo/Data	Gestor Operacional do Contrato Carimbo/Data
Aprovação	Execução
Gestor do Contrato Carimbo/Data	Preposto da Contratada Carimbo/Data

**22. ANEXO - F**

**MODELO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

<p><b>RELATÓRIO DE ATIVIDADES</b>  <i>Ordem de Serviço N<sup>o</sup></i>  <b>Contrato N<sup>o</sup>:</b>  <b>Contratada:</b></p>	<p>Data de Início:</p> <p>Data de Conclusão:</p>
--	--

<p>• <b>Área Requisitante:</b></p>	<b>Custo Total Previsto:</b>
	<b>Custo Total Realizado:</b>
	<b>Glosas Aplicadas:</b>
	<b>Custo Final Aprovado:</b>



• **Tarefa/Demanda:**

**Serviços aprovados**

Serviço	Quantidade prevista	Custo previsto	Quantidade realizada	Custo aprovado
1.				
2.				

**Produtos aprovados**

<b>Produtos do Serviço 1</b>	
<b>1</b>	Descrição:
	Aprovado (S/N):
<b>2</b>	Descrição:
	Aprovado (S/N):
<b>Produtos do Serviço 2</b>	
<b>1</b>	Descrição:
	Aprovado (S/N):
<b>2</b>	Descrição:
	Aprovado (S/N):

**Glosas aplicadas**

1.

**Observações**

1.



Aprovação dos Serviços da OS	Conferência e Atualização
Solicitante dos Serviços Carimbo/Data	Gestor Operacional do Contrato Carimbo/Data
Ateste Final	Aceitação
Gestor do Contrato Carimbo/Data	Aceite da Contratada: ( ) Total ( ) Parcial – Apresentará recurso  Preposto da Contratada Carimbo/Data



**FORMULÁRIO DE VISTORIA**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**  
**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_.**

Declaramos que a interessada, .....de CNPJ ....., por intermédio do seu auxiliar técnico.....de RG:..... SSP-DF, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias, incluindo as condições e endereço dos locais para o cumprimento das obrigações relativas ao Objeto licitado.

Brasília, de de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Osmar Quirino da Silva  
Coordenador de Tecnologia da Informação do DER-DF  
CTINF, 10/06/2015



**ANEXO II**

**MODELO “A”: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....

(data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



### ANEXO III

#### MODELO

#### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005.

Compromete-se, ainda, o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, ao DER-DF, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: Setor de Administração Municipal, Bloco “C”, Ed. Sede do DER-DF, Brasília-DF.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Observações:** Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no “licitações-e”, tais como aquelas relativas à:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.



## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

---

Representante Legal



## ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

PROCURADORIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 113

CONTRATO Nº /2015

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF E LTDA., OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE , NA FORMA ABAIXO.

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF, sediado no SAM Bloco “C”, Edifício Sede do DER/DF, Setor Complementares – BRASÍLIA/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.070.532/0001-03, doravante denominado DER/DF, neste ato representado por seu Diretor Geral, Engº Henrique Leite Ludovice, e , situada no – BRASÍLIA/DF, inscrita no CNPJ sob o nº , doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu , RG Nº SSP/DF e CPF Nº , conforme poderes apresentados e arquivados, resolvem firmar o presente contrato sob a regência da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento tem por fundamento legal o Pregão Eletrônico -, devidamente homologado pelo em / / ,



## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de \_\_\_\_\_, conforme especificação e quantidades descritas no Anexo I do Edital de Pregão eletrônico (fls. \_\_\_\_\_) e a Proposta de fls. \_\_\_\_\_, que passam a integrar o presente Termo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, conforme disposto nos artigos 6º e 15º da Lei n. 8.666/93.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS ESPECIFICAÇÕES

Na execução dos serviços, objeto do presente Contrato, deverão ser observadas as especificações constantes do Edital e seus anexos, e as Normas Técnicas vigentes no DER/DF, independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao DER/DF:
- I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
  - II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.
- 5.2 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- 5.3 - A Contratada responderá pelos danos causados pelos seus agentes.



5.4 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

O valor estimativo total do presente Contrato é de R\$ ( ), procedentes do Orçamento do DER/DF para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação

Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 22.205;

II – Programa de Trabalho: 26122280085170014 –

Outros serviços de terceiros - PJ;

III – Natureza da Despesa: 339030; e

IV – Fonte de Recursos: 237.

7.1 O empenho inicial é de R\$ ( ), conforme Nota de Empenho nº , emitida em , na modalidade Estimativo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

O preço global Do Objeto, na forma do Anexo I do Pregão Eletrônico n. , fls.



#### CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, ora efetivada conforme previsão constante no Ato convocatório, será ao final do contrato restituída em até 30 (trinta) dias, após requerida ao Diretor Geral do DER/DF.

9.1 - Não serão devolvidos a garantia inicial, respectivos reforços e multas, no caso de rescisão do Contrato por culpa exclusiva da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 10 (dez) dias úteis dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura para vigor até        /        /20        .

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração contratual deverá ser processada mediante celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei n. 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.1 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO DER/DF



O DER/DF responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

13.1 - Constitui obrigações do DER/DF:

- A) Emitir Nota de Empenho em favor da contratada;
- B) Efetuar pagamento após a apresentação da fatura correspondente, devidamente acompanhada da documentação fiscal correspondente, no valor acordado em contrato específico;
- C) Acompanhar a execução do contrato mediante a fiscalização por executor do contrato especialmente designado;
- D) O executor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- E) As providências que excedam a competência do executor serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial ou total da execução dos serviços, de qualquer outra inadimplência, a Contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida prévia defesa, às penalidades previstas no Artigo 87, Incisos I a IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

14.1 - No caso de multas, observar-se-á o disposto no Artigo 15 do Decreto nº 20.453, de 28 de julho de 1999.



14.2 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, que poderá ser descontada de pagamentos eventualmente devidos pelo DER/DF, ou cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DISSOLUÇÃO

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

Operar-se-á de pleno direito a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda, quando ocorrerem as hipóteses enumeradas nos Incisos I a XVII, do Artigo 78, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.1 - Na hipótese da rescisão prevista no Artigo 79, Inciso I, fica o DER/DF autorizado a adotar as providências elencadas no Artigo 80, da Lei de regência

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos do DER/DF, decorrentes do presente ajuste, caberá recurso na forma do disposto no Artigo 109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos da Contratada para com o DER/DF, decorrentes ou não do ajuste, serão cobrados na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.



#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO EXECUTOR

O Diretor Geral do DER/DF, por meio de Instrução de Serviço, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pelo DER/DF, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria Jurídica do DER/DF.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Capital da República.

E, por estarem assim justas e de acordo, para a firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

Brasília,                    de de

Pelo DER/DF:

Pela CONTRATADA: